

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
LICENCIATURA PLENA EM LETRAS PORTUGUÊS

**MARIA DA CRUZ BATISTA DE OLIVEIRA**

**AVALIAÇÃO LINGUÍSTICA NA LINGUAGEM ORAL: um estudo a partir da  
Educação de Jovens e Adultos - EJA**

**Elesbão Veloso**

**2024**

**MARIA DA CRUZ BATISTA DE OLIVEIRA**

**AVALIAÇÃO LINGUÍSTICA NA LINGUAGEM ORAL: um estudo a partir da  
Educação de Jovens e Adultos - EJA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em  
Letras Português, do NEAD/UESPI/UAB, como requisito parcial  
para a obtenção do título de Licenciado em Letras Português.

**Orientador:** Profº Esp. Daniel dos Santos Teixeira.

**Elesbão Veloso**

**2024**

O48a Oliveira, Maria da Cruz Batista de.

Avaliação linguística na linguagem oral: um estudo a parte da Educação de Jovens e Adultos-EJA / Maria da Cruz Batista de Oliveira. - 2024.  
34 f.

Monografia (graduação) - Universidade Estadual do Piauí-UESPI, Universidade Aberta do Brasil-UAB, Núcleo de Educação a Distância-NEAD, Licenciatura em Letras - Português, polo de Elesbão Veloso-PI, 2025.

"Orientador: Prof. Esp. Daniel dos Santos Teixeira".

1. Linguística. 2. Linguagem Oral. 3. Avaliação. 4. Educação de Jovens e Adultos (EJA). I. Teixeira, Daniel dos Santos . II. Título.

CDD 469.1

**MARIA DA CRUZ BATISTA DE OLIVEIRA**

**AVALIAÇÃO LINGÜÍSTICA NA LINGUAGEM ORAL: um estudo a partir da  
Educação de Jovens e Adultos - EJA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em  
Letras Português, do NEAD/UESPI/UAB, como requisito parcial  
para a obtenção do título de Licenciado em Letras Português.

**Orientador:** Profº Esp. Daniel dos Santos Teixeira.

Aprovada em: 22/01/2025

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Esp. Daniel dos Santos Teixeira**

Especialista em Estudos Linguísticos e Literários  
Faculdade Única  
Presidente

---

**Lucas Gabriel Lopes Pereira**

Especialista em Linguística  
UNIMINAS  
Primeiro examinador

---

**Karen Letícia Bueno da Silva**

Mestre em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria (UFMS)  
Segunda Examinadora

Dedico esse momento a Deus primeiramente por me proporcionar e iluminar nessa jornada. Aos meus pais por sempre acreditar em mim e está sempre ao meu lado e me apoiando em todas as minhas escolhas, a minha família por todo companheirismo, apoio e dedicação de estar sempre ao meu lado.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, que é quem me dá forças todos os dias e é quem me fortalece e me guia, pois sem a sua graça e sua infinita misericórdia eu não seria capaz de seguir em frente.

Aos meus docentes, que compartilharam comigo os saberes necessários área a formação de excelência e eficácia, que demanda com maestria a área de Letras Português. E, aos meus amigos, grandes incentivadores deste percurso acadêmico.

Grata à minha família, meus filhos e ao meu esposo, pelo companheirismo e em especial por ser meu maior incentivador para a conclusão desse curso. Sua presença torna minha vida mais rica e significativa. Obrigada por seu amor e por ser essa presença constante em minha vida. Sou grata por poder contar com você em todas as circunstâncias.

A realização desse sonho dedico a vocês e, especialmente aos meus pais, pela motivação diária para essa formação profissional, por serem meu alicerce na construção da minha vida, me proporcionando amor, sabedoria com nossas vivências e experiências.

*“Para alguns: ignorância, para outros riqueza de vocabulário... Depende a forma de preconceito com que analisamos...”*

*Oscar de Jesus Klemz*

## RESUMO

Este trabalho apresenta, em caráter específico, a relevância da avaliação linguística na linguagem oral, visto que, a ela auxilia o professor a perceber o desenvolvimento de cada aluno. O estudo se justifica ao compreender a importância das discussões que envolvem a linguagem, especificamente na linguagem falada (oral). A problemática surge do seguinte questionamento: qual a possibilidade de se ensinar a expressar-se oralmente em ambientes escolares e extraescolares? Propõe-se investigar o processo de aprendizagem aquisição e o desenvolvimento da avaliação linguística na linguagem oral na Educação de Jovens e Adultos – EJA. Especificando, identificar nas literaturas a variação linguística no âmbito escolar; analisar a importância da oralidade como base norteadora do ensino da Língua Portuguesa e descrever práticas pedagógicas voltadas para avaliação linguística na linguagem oral na modalidade EJA, conforme literaturas analisadas. Portanto, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativa-descritiva, fundamentada em teóricos que abordam a referida temática, tais como: Rangel (2010), Almeida e Bortoni-Ricardo (2023), Vasconcelos (2022), Geraldi (2006), Vygotsky (2008), Marcuschi (2010), dentre outros, elenca ainda, normativas legais da educação, como diretrizes educacionais de acordo com os PCNs e a BNCC. Os resultados demonstram que a linguagem é dinâmica e assim permite várias possibilidades de uso, sendo o sujeito falante livre para (re)utilizar no meio em que convivem quantas vezes for necessário e da forma pela qual ela a considera correto dentro de seu padrão linguístico sócio/cultural. Conclui-se acreditando que este estudo contribua para uma melhor qualidade de ensino da Língua Portuguesa, especialmente para a modalidade EJA.

**PALAVRAS-CHAVE:** Linguística. Linguagem oral e escrita. Avaliação.





## **ABSTRACT**

This paper presents, in a succinct manner, the relevance of linguistic assessment in oral language, since linguistic assessment helps the teacher to perceive the development of each student. This is justified by understanding the discussions that involve language, specifically in spoken (oral) language. The problem arises from the following question: What is the possibility of teaching how to express oneself orally in school and extra-school environments? The is to investigate the process of learning and development of linguistic assessment in oral language in Youth and Adult Education (EJA). Specifically, to identify in the literature the linguistic variation in the school environment; to analyze the importance of orality as a guiding basis for teaching the Portuguese language; and to describe pedagogical practices aimed at linguistic assessment in oral language in the EJA modality, according to the literature analyzed. Therefore, this is bibliographical research, of a qualitative-descriptive nature, based on theorists who address the aforementioned theme, such as: Rangel (2010), Almeida and Bortoni-Ricardo (2023), Vasconcelos (2022), Geraldi (2006), Vygotsky (2008), Marcuschi (2010), among others, and also lists legal regulations of education, such as educational guidelines according to the PCNs and the BNCC. The results demonstrate that language is dynamic and thus allows for several possibilities of use, with the speaking subject being free to (re)use it in the environment in which they live as many times as necessary and in the way in which they consider it correct within their socio/cultural linguistic standard. It is concluded that this study contributes to a better quality of teaching of the Portuguese Language, especially for the Youth and Adult Education-EJA modality.

**Keywords:** Linguistics. Oral and written language. Assessment

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>
.....	10
<b>2</b>	
<b>METODOLOGIA</b> .....	13
<b>3 VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA E ESCOLA: uma revisão de literatura</b> .....	15
<b>3.1 Oralidade como baluarte norteador do ensino da Língua Portuguesa</b> .....	19
<b>3.2 A importância da avaliação linguística na linguagem oral</b> .....	21
<b>4 AVALIAÇÃO LINGÜÍSTICA E O EJA: pensando na linguagem oral</b> .....	24
<b>4.1 Práticas Pedagógica na EJA no contexto da avaliação linguística na linguagem oral</b> .....	27
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	31
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	33
<b>ANEXOS</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como escopo a avaliação linguística na linguagem oral de alunos da Educação de Jovens e Adultos, uma vez que se compreende que a linguagem na prática docente detém uma função ímpar, já que é mediante a linguagem que aprendemos, e o docente precisa se atentar em empregá-la de modo apropriado para que a informação que tenciona comunicar seja bem interpretada pelo receptor.

Este se justifica ao compreender a importância das discussões que envolvem a linguagem, especificamente na linguagem oral, quando essas se tornam muito extensas independente da região que esse assunto venha a virar pauta. Ademais, dúvidas sobre a forma de ensinar a expressão oral no âmbito escolar nos últimos anos vêm sendo levantadas devido às reformas que a educação vem sofrendo em nosso país, perante isso, busca-se ensinar expressões, como: permitir o ensino da oralidade a partir de um encaminhamento, a um só tempo, semelhante e diferenciado, assim como, centrar-se, de fato, nas dimensões textuais da expressão oral, além de, possibilitar a oferta de material rico em textos de referência, escritos e orais, nos quais os alunos possam inspirar-se para suas produções.

As competências de leitura têm sido identificadas como uma área em que os alunos portugueses evidenciam maiores dificuldades no início da escolaridade, sendo apontadas por professores e outros agentes educativos como uma das principais causas de insucesso e de abandono escolar (Rodrigues *et al.*, 2017; Verdasca *et al.*, (2019). O impacto das dificuldades relacionadas com a leitura não parece manifestar-se apenas no contexto escolar, havendo evidência de que, a longo prazo, estas dificuldades contribuem negativamente para condições de bem-estar e de independência económica na idade adulta (Smart *et al.* 2017).

Neste contexto, a linguagem concebe práticas essenciais para transições do desenvolvimento cognitivo, sendo esta intermediária entre o indivíduo, a sociedade e a cultura. Segundo Castro, Rodrigues e Catarino (2021), a linguagem efetua atuação mediadora da aprendizagem que transcorre nas interações entre os sujeitos, examinando nela a explicação da compreensão para as principais indagações epistemológicas que percorrem as ciências humanas e sociais.

Este estudo demonstra, entre outras, a estas exigências, sem pretender, de forma alguma, cobrir a totalidade do ensino de produção oral, assim, a problemática que norteia este estudo está fundamentada no seguinte questionamento: Qual possibilidade de se ensinar a expressar-se oralmente em ambientes escolares e extraescolares?

Para responder este questionamento, tenciona-se demonstrar através desse estudo o quão importante se torna essa avaliação para o melhoramento desses temas no ambiente estudantil. Assim, o objetivo geral visa investigar o processo de aquisição e o desenvolvimento da avaliação linguística na linguagem oral na Educação de Jovens e Adultos-EJA. Especificando, identificar nas literaturas a variação linguística no âmbito escolar; analisar a importância da oralidade como base norteadora do ensino da Língua Portuguesa e descrever práticas pedagógicas voltadas para avaliação linguística na linguagem oral na modalidade EJA, conforme literaturas analisadas.

A metodologia aplicada parte de uma pesquisa bibliográfica a partir de pesquisas realizadas por alguns dos mais renomados autores que fundamentam a referida temática, tais como: Rangel (2010), Almeida e Bortoni-Ricardo (2023), Vasconcelos (2022), Geraldi (2006), Vygotsky (2008), Marcuschi (2010), dentre outros. Portanto, trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativa-descritiva, respalda em documentos e normativas oficiais e legais da educação, como diretrizes educacionais, PCNs, BNCC. Ademais, para a construção deste estudo, utilizou-se pesquisas em banco de dados, como: google acadêmico, Scielo, Lilacs, Google acadêmico, como: artigos, periódicos e documentos norteadores que abordam sobre a avaliação linguística na linguagem oral presentes na EJA.

Este estudo está estruturado afora a introdução, em duas seções, a primeira aborda sobre a variação linguística e escola mediante uma revisão de literatura; com subseções que evidenciam a oralidade como baluarte norteador do ensino da Língua Portuguesa, assim como uma abordagem acerca da importância da

avaliação linguística na linguagem oral. A segunda seção ressalta sobre da avaliação linguística na linguagem oral na Educação de Jovens e Adultos. Enfim, as considerações finais mostram os resultados encontrados no levantamento bibliográfico mediante a temática em estudo.

Acredita-se que este estudo contribua significativamente para outras pesquisas acerca da avaliação linguística na linguagem oral, embasada nas premissas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outras normativas legais da educação, ao sugerir reflexões das condições e pensar das produções de textos orais como lugar de manifestação viva da linguagem.

## 2 METODOLOGIA

O estudo foi realizado a partir de uma pesquisa de cunho bibliográfico mediante pesquisas realizadas por aportes que fundamentam a referida temática. O aporte teórico encontra-se a partir de Rangel (2010), Almeida e Bortoni-Ricardo (2023), Bagno (2005; 2007), Lima (2019), Vasconcelos (2022), Geraldi (2006), Vygotsky (2008), Marcuschi (2010), dentre outros, mediante contribuírem com ideia de que a língua não é um elemento homogêneo, mas sim um produto social, sendo constituída de diversos fatores linguísticos e sociais que compõe uma sociedade. Logo, deve ser acatada por todos os grupos de indivíduos que fazem parte do mundo.

O estudo é de caráter qualitativo, uma vez foi realizada uma exploração e reflexão sobre a avaliação linguística na língua oral. De acordo com Silveira e Córdova (2009, p. 32), “a pesquisa qualitativa se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Portanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa-descritiva, respalda ainda em documentos e normativas oficiais e legais da educação, como diretrizes educacionais, PCNs, BNCC.

Utilizamos a pesquisa bibliográfica porque, para Gil (2002), a principal vantagem da pesquisa deste método reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. O autor enfatiza que a pesquisa descritiva tem como objetivo crucial a descrição das características de determinada população, ou estabelecimento de relações entre variáveis, uma vez que, de todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento.

Ainda, de acordo com Gil (2002, p. 42):

as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente os pesquisadores sociais realizam preocupados em encontrarem informações para subsidiarem a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais e partidos políticos.

Nesse sentido, encontramos, nas pesquisas de Gil (2002) suporte teórico para guiar nosso trabalho com o método qualitativo. Ainda segundo Neves (1996, p.1), a pesquisa qualitativa é “[...] um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tendo por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social [...]”. Partindo deste contexto, percebe-se a relevância deste tipo de pesquisa em contribuir com outros trabalhos, bem como com outros tipos de pesquisa, como a qualitativa descritiva.

Nestes termos, para conseguir obter os resultados desejados foram utilizados ainda artigos, monografias, dissertações, teses, livros, periódicos da área da linguística, e outras fontes de publicações disponíveis nos bancos de dados virtuais. Os descritores utilizados para construção deste estudo foram: variação linguística, avaliação linguística e linguagem oral presentes na EJA.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a construção e base da introdução e referencial teórico foram baseados em pesquisa bibliográfica, realizadas através das bases mencionadas nesta seção. Marconi e Lakatos (1992) descrevem uma pesquisa bibliográfica como o levantamento de pesquisas já publicadas, em forma de livros, revistas publicações e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer o pesquisador entrar em contato com todo o material escrito sobre determinado assunto, auxiliando sobre o assunto no decorrer de pesquisas ou manipulações de informações. Esse tipo de pesquisa é o primeiro passo para toda pesquisa científica.

A análise das informações coletadas contemplou os padrões de análise de conteúdo de Bardin (2011, p. 47), que delineia a análise de conteúdo, por entender que é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas



mensagens. Portanto, os resultados contemplam a análise descritiva dos achados nas literaturas estudadas.

### **3 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ESCOLA: uma revisão de literatura**

A variação linguística é um fenômeno que se refere às diversas formas de expressão da língua, que podem ser faladas ou escritas. Ela é um conceito que se diferencia do estilo de linguagem ou de prosa, porque a variação linguística é um fenômeno que se manifesta em diferentes formas de falar ou escrever uma língua, enquanto o estilo de linguagem é uma forma de se expressar. Todavia, se baseia na forma como uma comunidade de falantes usa as formas linguísticas de uma língua natural.

Na concepção de Saussure (1989), o composto linguagem-língua compõe-se ainda outro componente: a fala, que é uma ação individual consequente das combinações praticadas pelo sujeito falante usando o código da língua, ou seja, ela se expressa pelos mecanismos psicofísicos, atos de fonação, fundamentais à produção dessas combinações.

É versado que todo falante aprendeu, inicialmente, uma variedade específica da língua de sua comunidade, partindo desse pressuposto essa variedade pode ser diferente em algum nível de outras variedades da mesma língua aprendida por outros falantes como sua primeira língua. Em determinada dimensão, a variedade linguística que usa o indivíduo indica quem ele é.

Descritores são traçados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), no que diz respeito ao “utilizar diferentes registros, inclusivamente os mais formais da variedade linguística valorizada socialmente, sendo capaz de adequá-los aos contextos da situação comunicativa de que participa” (Brasil, 2001, p. 41). Assim,

afirma-se, a partir deste descritor dos PCN, que a língua é mutável e que o discente precisa estar habilitado para identificar tais mudanças, neste contexto, Almeida e Bortoni-Ricardo (2023) sobressaem ao ressaltar em seus estudos que a linguagem é um objeto sujeito a alterações, já que se trata de um elemento constitutivo do homem e da cultura na qual ele se insere. Os PCNs enfatizam ainda que:

A variação é constitutiva das línguas humanas, sucedendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ato normativo. Desse modo, quando se expressa em “língua portuguesa” está se expressando de uma unicidade que os constitui de diversas variedades. Apesar de que no Brasil tenha atinente unidade linguística e exclusivamente uma língua nacional, constata-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não meramente distinguem os falantes de comunidades linguísticas em diferentes regiões, como também se multiplicam em uma mesma comunidade de fala (Brasil, 1998, p. 29).

Julga-se que existem diferentes tipos de pronúncia, de vocabulários e de sintaxes, que podem ser examinados de guisa divergente de uma região para outra. Nessa conjuntura, a atribuição do professor, está em apresentar que toda e qualquer expressão linguística é merecedora de caracterização e explicação dentro de um panorama científico conveniente. Almeida e Bortoni-Ricardo (2023) ao desenvolverem uma determinada atividade que abordada a temática da variação regional e histórica mediante um trabalho com a oralidade, atividade essa aplicada em grupo de alunos, demonstrou-se com uma excelente possibilidade para o professor salientar que as diferenças linguísticas conforme as regiões não devem ser utilizadas para estigmatizar os seus falantes, mas, ao contrário, devem servir para que se (re)conheça e se respeite a diversidade de variedades linguísticas que instituem o português brasileiro.

Essa variedade é o dialeto, que, na maioria das comunidades linguísticas, é determinado pela região de origem do falante. Os dialetos regionais são normalmente agrupados em áreas dialetais maiores, mas há, muitas vezes, grandes diferenças em cada área.

Outrossim, nem todos os falantes utilizam a língua de forma homogênea, uma vez que o uso desta varia de região para região, de período para período, de classe social para classe social e assim por diante. Com o intuito de se conseguir versar todas as práticas de linguagem na escola em todas as áreas, Vasconcelos (2022)

ressalta que é substancial assimilar as relações entre a produção oral (fala e escuta), a leitura e a produção escrita, em virtude de que elas simbolizam as quatro habilidades linguísticas básicas: falar, ouvir, ler e escrever.

Em sua plenitude, qualquer prática de ensino de Língua Portuguesa pressupõe uma descrição de linguagem. Ao longo dos séculos, foram diversas as concepções teóricas adotadas, porém Geraldi (2006) aponta três tipos fundamentais: a linguagem como representação do pensamento, como instrumento de comunicação e como modo de interação. Estudos apontam que a primeira concepção, defende que a linguagem é produzida de maneira individual e organiza-se a partir do pensamento de cada indivíduo, independentemente de aspectos sociais, culturais ou situacionais.

Essa concepção se iniciou na tradição gramatical grega e permaneceu em vigor até o século XX. Trata-se, portanto, de um ensino de língua que enfatiza a gramática teórico-normativa: conceituar e classificar para entender e seguir as prescrições. As aulas eram até então baseadas apenas na resolução de exercícios gramaticais, baseados em sua maioria na análise de orações e na memorização de nomenclaturas.

A segunda concepção, linguagem como instrumento de comunicação, considera uma gramática universal com base em fatores fonéticos, gramaticais e lexicais, os quais permanecem imutáveis para todos os enunciados, ou seja, um sistema estável e acabado.

Diante dessa visão, o não saber se expressar advém do não saber pensar, uma vez que a linguagem traduz o que se constrói na mente, ou seja, a linguagem é considerada o espelho do pensamento. Dessa forma, a língua é concebida como um sistema de normas imutável, acabado e sem interferência social.

Como consequência, ao adotar essa concepção, os professores preconizam o uso das regras do falar e escrever bem e restringem-se ao certo ou errado, além de considerar apenas uma variante, a dita padrão ou culta, ignorando automaticamente as demais formas que ocorrem no uso da língua, de modo que não há relação com a língua viva usada no cotidiano. Assim, quem não domina as regras desse sistema é um indivíduo que não organiza de forma lógica o seu pensamento.

Já a terceira concepção, firmam que a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes”, “mas pelo fenômeno social da

interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações” (Geraldi, 2006, p. 125). Logo, é impossível compreendê-la sem considerar os aspectos sociais e ideológicos que a constituem.

O ensino de Língua Portuguesa deve partir do pressuposto de poder ampliar no aluno sua capacidade linguística em relação à leitura, à escrita e à fala, muito mais do que deter-se unicamente na proposta de ensinar regras gramaticais. Ou seja, instruir o aluno a ser capaz de reconhecer e de usar adequadamente os diversos textos, seja eles, orais e/ou escritos, que circulam socialmente. A pretensão desse ensino é, então, chegar aos usos sociais da língua, na forma de interação, com alguma finalidade comunicativa e em contextos específicos.

Na literatura sociolinguística, as avaliações quase sempre incidem sobre a unidade, dialeto ou variante de uma determinada língua. Como as diferentes maneiras de falar uma dada língua são relacionadas com a diferenciação entre grupos e classes sociais, há todo um regime de valorização envolvendo essas variantes. Mas, segundo Lahud (1981, p. 48), a passagem se faz muito facilmente “da constatação de exigência efetiva de um jogo social de valores afetando os diferentes fatores para assimilação desses valores à própria organização linguística dessas variantes”.

Nada prova que uma língua ou qualquer variedade sua seja mais “eficiente” que outra. Outrossim, é válido lembrar que são poucos os trabalhos existentes no Brasil sobre atitudes linguísticas em relação à língua portuguesa. Ressalta-se o trabalho pioneiro de Santos (1973) sobre atitudes linguísticas de adolescentes para determinar sua capacidade de perceber o valor social de variantes; e ainda os trabalhos de Almeida (1979), que estudou a natureza das atitudes linguísticas de falantes brasileiros, tomando como base a comunidade de Belo Horizonte; Alves (1979), que verificou as tendências (pernambucanos e baianos), em São Paulo, manifestadas com relação às variedades linguísticas nativas e paulistas; e Santos (1980), que estudou a transmissão aos educandos de crenças e atitudes escolares.

Nos pensamentos de Vygotsky (2008, p. 6), a linguagem é social e sublinha o papel da interação da criança com os que a circundam para o desenvolvimento dela. “A função basilar da fala é a comunicação, o intercâmbio social”. Neste aspecto, para o escritor, a fala constrói o pensamento, e a constituição da fala não é similar à do pensamento, já que o pensamento transita por diversas transformações até alcançar à fala. Todavia, pensamento e fala se conectam em pensamento verbal

através do significado da palavra, deste modo, para que uma palavra nova consiga ser aprendida, ela necessita ter significado para o sujeito.

Tal concepção ainda se liga à Teoria da Comunicação, em que a comunicação é dada a partir de elementos: emissor, receptor, canal, mensagem, código e referente; portanto, considera a língua como um “conjunto de signos que se combinam segundo regras” (Geraldi, 2006, p. 41), sendo possível transmitir uma mensagem e/ou informações de um emissor a um receptor, isto é, um instrumento de comunicação, que serve para transmitir uma mensagem ou informação de modo que os envolvidos no ato utilizem os sinais do código de forma preestabelecida e convencionada.

Embora essa perspectiva compreenda a língua como ato social, ela desconsidera o uso e, conseqüentemente, os envolvidos nesse ato, os falantes e o contexto, limitando-se apenas a seu funcionamento interno e apoiando-se nos estudos estruturalistas. De modo geral, essa concepção permeou a formação docente por muitos anos e ainda é a mais vista em sala de aula.

A BNCC corrobora com ensino, quando evidencia a quarta competência, a qual compreende a língua e sua heterogeneidade como fenômeno (geo)político, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como respeitando as variedades linguísticas e agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza (Brasil, 2017, p. 494).

Para Moraes (2010), a atribuição de linguagem vai além da comunicação com o intento de transmitir referências e conhecimentos acabados, com isso, evidencia-se a relevância da linguagem para a aprendizagem, na sua função epistêmica, visto que se aprende interagindo com a linguagem, seja ela falada, ouvida, lida ou escrita.

Portanto, a linguagem oportuniza que as vivências e experiências do indivíduo se transformem em conhecimento, no parâmetro em que o desconhecido determina conexões com o conhecido, tornando mais intrincados os significados. Essas experiências ajudam o sujeito a expandir sua realidade e sua visão do mundo.

### **3.1 Oralidade como baluarte norteador do ensino da Língua Portuguesa**

No ensino de Língua Portuguesa compreende-se que, falar e escrever corretamente, resulta identificar a nomenclatura gramatical nos textos, uma vez que

tais conhecimentos são necessários aos aprendizes e professores, contudo, não indispensáveis ao ponto de isolá-los de uma comunicação oral mais espontânea que retrate a realidade vivenciada ou lida pelos alunos.

A oralidade é um dos eixos de integração da BNCC para o ensino de Língua Portuguesa. Entretanto, é sabido que existem diferentes tipos de pronúncia, de vocabulários e de sintaxes, que podem ser analisados de maneira discorde de uma região para outra. Segundo Bagno (2007, p. 27) no Brasil, a língua portuguesa:

Dispõe de muitas variedades dialetais, estas podem ser reconhecidas geograficamente e socialmente pela maneira como as pessoas falam. Contudo há preconceitos resultantes do valor social inerente que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum considerar as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas. A problemática do preconceito disseminado na sociedade em liame às falas dialetais deve ser enfrentada, na escola, como parte do intento educacional mais amplo de educação.

É mister legitimar que não se pode, nem se deve procurar impedir a variação linguística; pelo contrário, o enfoque desse tema em sala é primordial e deve ser precedida da apresentação da ideia de adequação para cada viabilidade de uso vinculada a um contexto peculiar.

A BNCC (2017) denomina, para o eixo da oralidade, três focos de trabalho: a leitura oral, a oralização de textos escritos e a escuta/produção de gêneros orais. Desse modo, o último aponta para a oralidade como conteúdo curricular previsto pela legislação educacional brasileira desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e os PCNs.

Marcuschi *et al.*, (2001) menciona-se ao gênero oral como práticas sociais interativas, em suas diversas formas e possibilidades comunicativas, isso significa que a oralidade permeia por âmbitos formais e informais da comunicação, levando em consideração as necessidades dos falantes em seu contexto social.

Não obstante, a distinção da fala da oralidade, Marcuschi (2010, p. 25) confirma que “a fala seria uma forma de produção textual-discursiva para fins comunicativos na modalidade oral, situa-se no plano da oralidade, portanto, em oposição a visão de língua enquanto instrumento de comunicação” Schneuwly (2004), complementa sobre as concepções da oralidade ao entender que a fala está

inscrita na oralidade e que trabalhar com o oral não significa apenas falar, mas auxiliar o aluno a desenvolver a língua falada para atuar em sociedade.

Na educação linguística, que envolve reflexões sobre a língua e o ensino de Língua Portuguesa, privilegia-se uma formação que envolve, segundo Bagno e Rangel (2005, p. 63), um agrupamento de aspectos socioculturais que, ao longo da existência de um indivíduo, “lhe possibilitam adquirir, desenvolver e ampliar o conhecimento de/sobre sua língua materna, de/sobre outras línguas, sobre a linguagem de um modo geral e sobre todos os demais sistemas semióticos”.

Neste contexto educacional, o ensino de Língua Portuguesa necessita-se beneficiar a reflexão sobre a heterogeneidade da língua e priorizar objetivos nítidos, alguns dos quais delineados por Rangel (2010), como desenvolver: a) proficiência oral em produções ligadas à esfera pública; b) habilidades de leitura e escrita para atuação social e cidadã; c) reflexão linguística para monitoramento da própria produção na oralidade e na escrita; d) conhecimento sobre a língua que reverbere em atitudes e valores éticos.

Neste viés, o ensino de oralidade deve privilegiar os gêneros orais da esfera pública, por meio de atividades em que as relações entre fala e escrita sejam vistas na heterogeneidade constitutiva da língua. Para atingir o objetivo de ampliar a capacidade de interação pela oralidade, os gêneros orais da esfera pública como objeto de ensino sustentam a análise e sistematização de conhecimento sobre a heterogeneidade da fala e da escrita, bem como a proposição de situações de produção oral e escuta.

É primordial que a escola adote como instrumento de ensino as formas mais monitoradas de interação oral, relacionadas à reflexão sobre as menos monitoradas, o que pode facilitar o aprendizado pelo respeito ao aluno que traz, nos seus traços identitários, as variedades populares.

### **3.2 A importância da avaliação linguística na linguagem oral**

A avaliação linguística tem sua significância em viabilizar ao professor a percepção do desenvolvimento do aluno. Esta deve ser construída durante o processo de aprendizagem, de forma espontânea e flexível, assim como respeitar a singularidade de cada aluno.

Ao se tratar da consideração que a escola deve ter aos dialetos de seus alunos, conforme o pensamento de Cagliari (1990, p. 82-83), quando diz que:

a escola deve respeitar os dialetos, entendê-los e até mesmo ensinar como essas variedades funcionam, comparando-as entre si, ensinando como usar as variedades linguísticas, sobretudo o dialeto padrão (...). A escola desta forma não só ensina português, como desempenha um papel imprescindível de promover socialmente os menos favorecidos pela sociedade.

Com isso, a formação linguística proporciona uma contribuição muito importante, ao despertar nos professores a valorização do código oral como mediação necessária para seus alunos adquirem de forma mais fácil e agradável a habilidade de escrever.

Neste aspecto, Libâneo (1994, p. 195) ressalta que “a avaliação, assim, cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação às quais se recorre a instrumentos de verificação de rendimento escolar”. Destarte, não se deve esquecer que de nada adianta identificar as dificuldades por que os alunos passam em sua aprendizagem e não poder solucioná-las na prática pedagógica cotidiana.

Com o ensino de Língua Portuguesa não poderia ser diferente. O professor, tendo por alvo um ensino de língua materna pautado na concepção de linguagem como forma de interação social, deve buscar procedimentos e critérios avaliativos que analisem o desempenho do aluno de acordo com os eixos norteadores, a saber: leitura, análise linguística, produção textual escrita e oralidade.

Partindo dessa concepção de ensino de língua materna, a avaliação da oralidade também tem um papel importante, pois auxiliará o aluno a identificar os problemas da sua fala e superá-los, para uma melhor utilização de sua língua nos mais diversos contextos sociais aos quais for exposto. “Em síntese, a aula de português pode ser definida como um *continuum* discursivo, dentro do qual a avaliação tem uma importância radical” (Suassuna, 2006, p. 217). Seguramente, durante a avaliação educacional, o professor deve considerar a formação de ideias do aluno, assim, deve-se computar o entendimento do assunto e de sua relação com o ensinado e não apenas a escrita de forma “correta”.

A aprendizagem da linguagem oral e escrita é um dos elementos importantes para os alunos ampliarem suas possibilidades de inserção e de participação nas



diversas práticas sociais. Aprender uma língua não é somente aprender palavras, mas também os seus significados culturais, e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio sociocultural entendem, interpretam e representam a realidade.

O guia de livros didáticos, Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) voltado à disciplina de Língua Portuguesa, ressalta a relevância dos saberes linguísticos, oral e escrito, apresentados como igualmente importantes para o desenvolvimento do trabalho do professor, quando enfatiza que:

O domínio da língua, oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Por isso, ao ensiná-la, a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos. (Brasil, 2007, p.15).

Notoriamente, é possível perceber a preocupação com as aprendizagens que permeiam não somente as práticas de leitura e escrita, mas, também, no uso eficaz da linguagem oral. Partindo dessa compreensão, espera-se compreender que a língua oral, é variação linguística usável conforme a demanda insurgente no ato comunicacional.



#### **4 AVALIAÇÃO LINGUÍSTICA E A EJA: pensando na linguagem oral**

A avaliação linguística é uma forma de medir os valores que um falante ou ouvinte carrega consigo, e como esses valores se relacionam com a sua produção linguística e com a dos interlocutores. Bagno (2007) diz que toda língua muda, assim, as variedades linguísticas não são erros, mas diferenças, logo, o ensino da variedade padrão da língua muitas vezes conflita com a variedade popular trazida de casa pelos falantes das classes menos favorecidas. Este fato é agravado quando o aluno pertence à Educação de Jovens e Adultos – EJA, pois estes já possuem autonomia e oralidade formada.

Para isso, as Diretrizes Curriculares da EJA:

a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que atende aos alunos-trabalhadores que não tiveram acesso ou continuidade da escolarização na idade própria e que tem como função social o compromisso com a formação humana e com o acesso à cultura geral, de maneira que os educandos aprimorem sua consciência crítica e se firmem como sujeitos ativos, críticos, de atitudes éticas e comprometidos com o aprendizado e desenvolvimento de sua autonomia intelectual (Brasil, 2006, p. 27).

A EJA tem suas especificidades, portanto, deve ter uma estrutura flexível a fim de contemplar inovações que tenham conteúdos significativos. Ao reconhecer-se como sujeito, o educando poderá ressignificar suas experiências socioculturais para a construção e apropriação de conhecimentos para o mundo de trabalho e para o exercício da cidadania.

Pensar o aluno da EJA é estar consciente da diversidade que engloba os diferentes sujeitos que compõem esta modalidade de ensino. Por esse motivo, o ensino de língua deve se firmar também na compreensão da diversidade linguística presente nos alunos. Para tanto, a Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos tem buscado auxiliar os professores a conhecer e aplicar em sala de aula um ensino de língua que valorize as diferentes variedades do português procurando combater o preconceito linguístico e, para tanto, apontam que:

Tanto na fala como na escrita, é possível detectar variedades que revelam aspectos regionais, sociais e individuais. É importante salientar que, dentre essas variedades, não existe a mais certa ou a mais errada. Cada uma delas relaciona-se a um conjunto de

situações específicas e, em geral, não pode ser substituída por outra sem provocar certa estranheza. Conhecer e descrever as variedades são formas de combater o preconceito linguístico. (Brasil, 2002, p. 21).

Ao correlacionar os sujeitos da EJA com a avaliação linguística acerca da linguagem oral, na concepção de Bagno (2007), a língua parte de uma atividade social utilizada pelos seus falantes, com o propósito de interagir por meio da fala e da escrita, sendo construída e reconstruída cotidianamente, em variados contextos e situações. Assim, a língua não é um produto pronto nem acabado, pois está sempre em processo de transformação, a partir dos usos linguísticos.

Os PCNs evidenciam que do aluno já sabe (conhece) sua língua materna, a questão da variação linguística, da não-estigmatização do aluno pelo seu modo de falar, a questão de dar ao aluno o domínio da modalidade oral mais formal a fim de que ele possa acompanhar palestras e outros gêneros que não o da linguagem cotidiana que ele domina, dentre outros. Este documento esclarece que:

Não se trata de aprender a 'falar certo', como recomenda a gramática normativa, mas de aprender a falar em público, monitorar sua fala em função da reação da plateia, tomar nota de aspectos relevantes em uma exposição ou palestra para compreender o conteúdo tratado etc. (Brasil, 2002, v. 2, p. 13).

Neste contexto, entende-se que a oralidade deve ser desenvolvida a partir de atividades de escuta e produção de textos falados. Nesse contexto, ressalta-se que cada falante de uma língua tem seu modo de falar e é competente para interagir e se comunicar, através da língua, não devendo ser discriminado, visto que não há "erros" nos variados modos de falar. Na concepção de Bagno (2015), os falantes devem ser respeitados, assim como os alunos e seus modos de falar também devem ser respeitados na escola, ou melhor, o professor deve reconhecer a identidade de cada aluno, através dos variados usos linguísticos deles.

Na EJA, em se versando da linguagem oral, o aluno, apesar do grau de escolaridade ele faz uso da língua em inúmeras situações, com esse propósito, não se pode declarar que não possuem conhecimentos em língua portuguesa já que é um falante nativo, empregando a linguagem oral para comunicar-se em seu grupo social. O professor da Educação de Jovens e Adultos em nenhum momento poderá tratar os alunos da EJA como papeis em branco, como já foi explicitado antes,

tratam de sujeitos com conhecimentos abundantes cujo aprendizado tem que partir dos conhecimentos que eles possuem.

Segundo Santos e Silva (2020), quanto mais intensidade for trabalhada a oralidade desses alunos mais irão aperfeiçoar habilidades na escrita, à medida que um aluno consegue formular argumentos espontaneamente será mais rica sua escrita. Nesta configuração, entende-se que os alunos da EJA possuem vários conhecimentos sobretudo se referindo da linguagem, mesmo que eles não usem uma linguagem mais rebuscada, todos fazem uso dela e sabe o bastante para comunicar-se, o professor de língua portuguesa deve instigar esses alunos a produzir textos orais assim irão aprimorar seu vocabulário, agregando palavras novas que seguramente irão ajudar na produção de textos.

Neste véis, ressalta-se que a BNCC trabalha com o conceito de competências, habilidades, todavia, esta traz apenas uma competência específica, a competência 4, que evidencia, tanto a necessidade de trabalhar a variação linguística, como o preconceito advindo do não estudo desta, como:

Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como respeitando as variedades linguísticas e agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza. (Brasil, 2017, p. 481).

As habilidades que estão ligadas à esta competência aparecem somente no componente curricular língua portuguesa, na seção “todos os campos de atuação social”. o ensino da variação linguística para a EJA é o próprio estudo da língua na sua dimensão social, pois envolve todos os aspectos indispensáveis para a Educação de Jovens e Adultos, uma vez que esta evoca todas as dimensões: sociocultural, cognitiva e econômica do sujeito para concretizar o processo de aprendizagens que desenvolvem ao recorrer a escola para melhorar sua condição de vida em todos os aspectos supracitados.

Para o Bagno (2005), uma das tarefas de língua na escola seria, então, debater os valores sociais atribuídos a cada variante linguística, enfatizando a carga de discriminação que pesa sobre determinados usos da língua, de modo a conscientizar o aluno de que sua produção oral estará sempre sujeita a uma avaliação social, positiva ou negativa.

Neste contexto, o autor argumenta ainda que é mais do que conveniente que o professor explique, com base em teorias linguísticas consistentes, a origem e o funcionamento das variantes linguísticas estigmatizadas, que mostre as regras gramaticais que governam cada uma delas.

Ademais, faz-se jus respeitar a variedade linguística de toda e qualquer pessoas é essencial, especificamente nas aulas de língua materna. Uma vez que, dentro dessa variedade existe uma normatização bem estruturada que os alunos seguem, considerando com isso a ideia de que não existe erro de português e sim formas diferentes de usar os recursos presentes na própria língua.

#### **4.1 Práticas Pedagógicas na EJA no contexto da avaliação linguística na linguagem oral**

A Proposta Curricular para EJA orienta a prática pedagógica baseada em fundamentos linguísticos, sem ater-se ao objetivo de formação para o trabalho, mas sim, para práticas sociais diversas. Assim, Faraco (2008) ressalta que para que os professores aprimorem suas aulas e tornem-se bons gramáticos, é preciso observar o uso da língua em sala de aula, acompanhando a dinâmica da língua na sua heterogeneidade e no seu constante processo de mudança.

Isso ocorre quando se ter um olhar diferenciado, ou seja, mais do que subjugar os alunos perante a ortografia oficial, deve se salientar a essência dos textos destes, verificando a coerência, a originalidade das ideias, a ética, a criticidade, a estética, o sentimento envolvido, os ensinamentos produzidos, bem como as emoções que despertam nos leitores.

Mas, para isso, é necessário que o professor esteja atento para tal mudança linguística que acontece no meio comunicativo social de cada aluno, sendo ele capaz de apresentar aos educandos a grandiosidade que a língua(gem) possui e enriquecer suas aulas a partir de recursos didáticos simples e alcançáveis.

Assim, a BNCC evidencia o favorecimento do ensino da variação da língua portuguesa para a EJA é importante para a melhoria das aulas, considerando o desenvolvimento do aluno como cidadão apto na língua materna e do professor como mediador dos saberes. Assim como a escola é o ambiente mais propício a dirimir tais questões, uma vez que ela recebe um público advindo de diferentes comunidades de fala e é nela que o saber é orientado, trabalhado, discutido,

aprendido, mediado. Nesse contexto, a BNCC enfatiza uma educação voltada para a pluralidade e diversidade, em respeito às singularidades que devem ser consideradas e atendidas, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais (Brasil, 2017).

O desafio de ensinar variação linguística na EJA se centra em adequar a realidade de fala desse sujeito, que tem a tendência de reproduzir, na escrita, os sons da fala, às mais diversas formas que essa se apresenta na fala, sem perder a identidade cultural e colaborar para uma ressignificação do seu conhecimento, a fim de adquirir autonomia no uso da língua materna; em incluir socialmente e economicamente, esse público, aos bens de consumo cultural. Por essa razão, o professor, como mediador do que se sabe e do se pretende saber, deve estar apto a interrelacionar a realidade social com a realidade linguística do aluno da EJA (Tfouni, 2006; Bagno, 2003; Freire, 1996).

Ao se pensar avaliação linguística mediante práticas pedagógicas no contexto da EJA, exemplifica-se abaixo a letra da música Asa Branca, de Luíz Gonzaga, que trata de uma realidade nordestina, que sofre por causa das secas, o que pode ser compreendido por alunos da EJA a beleza da música que retrata a situação de um povo que mesmo em meio a tantas dificuldades não deixam de cultivar o amor e a esperança de dias melhores.

Quando "oiei" a terra ardendo  
Qual a fogueira de São João  
Eu perguntei a Deus do céu, ai  
Por que tamanha judiação

Eu perguntei a Deus do céu, ai  
Por que tamanha judiação  
Que braseiro, que fornaia  
Nem um pé de "prantação"  
Por farta d'água perdi meu gado  
Morreu de sede meu alazão [...]

[...] Quando o verde dos teus "óio"  
Se "espaia" na prantação  
Eu te asseguro não chore não, viu  
Que eu vortarei, viu  
Meu coração

Eu te asseguro não chore não, viu  
Que eu vortarei, viu  
Meu coração.

A música Asa Branca de Luiz Gonzaga, possui algumas variações linguísticas regional ou geográficas que, são variações que ocorrem de acordo com o local onde vivem os falantes, sofrendo sua influência, portanto, observa-se a ocorrência da variação diatópica, o qual aborda os preconceitos existentes quanto à diversidade de falares.

Linguisticamente, a música traz termos com grafia e pronúncia do vocabulário nordestino, as quais provém dos seus hábitos, da sua construção histórica e influência linguística, como afirma Aragão (2010, p. 42), “um dos princípios básicos da linguística é o de que cada falante é único na sua experiência de linguagem e que, portanto, desenvolve uma gramática própria e única”.

Os fragmentos da música descrevem todo um dilema de um povo que mora no sertão nordestino que enfrenta problemas de seca e muitas vezes são obrigados a migrar para outras regiões em busca de uma melhor. A música trabalhada em sala de aula, especificamente em turmas da EJA, aprimora os conhecimentos das variações naturais da língua, uma vez que muitos destes alunos são oriundos da realidade cantada nesta música, a qual faz comparação com um agricultor nordestino que abandona a sua terra e a sua família com a promessa de retorno ao seu lar para o futuro próximo.

Neste viés, o professor pode trabalhar em sala de aula com os alunos da EJA fragmentos da música demonstrando as concepções de variações que se diferenciam por motivações a partir da regionalidade, escolaridade e cultura. Quanto se destaca o regional, este indica aspectos característicos a determinadas áreas presentes no enredo da música, já a escolaridade, observa-se em algumas palavras que não estão de acordo com a norma culta da língua, uma vez que descreve sobre a realidade vivenciada por um senhor agricultor.

Na música “Asa Branca”, percebe-se algumas palavras como: *oiei*, *preguntei*, *fornaia*, *farta*, *inté*, *vortá*, *espaia*, e *óios* na qual observamos uma variação morfológica e fonológica em relação à normal culta da língua; algumas letras como o -L são substituídas pelo -R. Outrossim, o professor deve evidenciar em sala de aula que as variações linguísticas contidas nos fragmentos da música são naturais da língua, a exemplos, os dialetos contidos no decorrer da música que são pertencentes daquela região sertaneja como: *judiação*, *braseiro*, *alazão*.

Neste contexto, é importante que o professor ao trabalhar a música em sala de aula, esteja familiarizado com a música e sua relevância cultural, objetivando



incentivar os alunos a expressarem suas opiniões e sentimentos sobre a música, criando um ambiente de respeito e valorização das diferentes interpretações.

Outrossim, a variação presente na letra é típica da região nordeste principalmente por parte das pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar, especificamente alunos da EJA, mas, todavia, compreende-se que a variação linguística não dificulta a compreensão e nem mesmo a beleza da composição.

Portanto, é de suma importância valorizar, justamente, as competências que os alunos da EJA trazem ao chegarem à escola. Dessa forma, conforme Ilari e Basso (2011), os professores podem utilizar a língua em sala de aula com eficácia, para comunicar-se e até expressarem a personalidade com fluidez, com o objetivo de elaborarem conceitos em prol da percepção do mundo, fazendo da linguagem um instrumento de raciocínio.

Para Lima (2019), é relevante proporcionar aos alunos o conhecimento sobre variadas formas de falar, ampliando o repertório comunicativo deles. Assim, a oralidade precisa ser trabalhada não apenas para melhorar a escrita, mas para dá segurança quanto ao falar em público, elaborar argumentos para defender um ponto de vista, afinal, para expressar-se de forma clara e objetiva o que exigir conhecimento com a língua e suas variações.

Acredita-se que é necessário evidenciar a avaliação linguística na EJA e suas diferentes variedades, valorizando a linguagem oral de cada aluno, evitando assim o preconceito linguístico. Entretanto, é indispensável que os professores repensem suas práticas pedagógicas abrindo espaço para a diversidade linguística valorizando cada dialeto e cultura e a partir daí mostrar o quão imenso é o leque de palavras, vocábulo e enunciados que se pode fazer uso de acordo com a situação e lugar em que o sujeito se encontra.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tencionou investigar o processo de aquisição e o desenvolvimento da avaliação linguística na linguagem oral na Educação de Jovens e Adultos – EJA. Os resultados demonstram que a linguagem é dinâmica e assim permite várias possibilidades de uso, sendo o sujeito falante livre para (re) utilizar no meio em que convivem quantas vezes for necessário e da forma pela qual ela a considera correto dentro de seu padrão linguístico sócio/cultural.

Constata-se nas literaturas analisadas que é necessário evidenciar que os alunos da EJA, precisam saber que há várias maneiras de dialogar em sociedade e, que não se pode dizer que as pessoas que não falam de acordo com as normas gramaticais estão incoerentes, mas sim, fazendo uso de uma identidade linguística pela qual o sujeito está inserido.

Vários aspectos da oralidade na EJA foram clarificados, assim, ensinar a expressar-se oralmente em ambientes escolares e extraescolares possibilita aos alunos da EJA a desenvolver melhor sua expressão verbal com valorização e obtenção de uma oralidade adequada a suas práticas sociais.

Foi possível verificar a importância atribuída a variação linguística no âmbito escolar, uma vez em que, a escola não pode garantir o uso da linguagem fora do seu espaço, mas deve garantir tal exercício de uso amplo no seu espaço, como forma de instrumentalizar o aluno para o seu desempenho social.

A linguagem oral na área de Língua Portuguesa adquire uma importância decisiva, na medida em que pode ser uma oportunidade para que os alunos da EJA aprimorem seus recursos expressivos e tenham acesso a um instrumental linguístico que lhes permita participar mais ativamente no contexto social em que vivem.

Portanto, os objetivos deste estudo foram alcançados, oportunizando uma contribuição para as futuras pesquisas a partir de um leque de possibilidades acerca da avaliação linguística na língua oral, por ser relevante para a compreensão do fenômeno da variação linguísticas, elevando a importância e respeito às diferenças linguísticas-culturais.

As práticas pedagógicas voltadas para avaliação linguística na linguagem oral na modalidade EJA, viabiliza o respeito e valorização a variedade linguística do seu próprio contexto, enriquecendo seu vocabulário a partir da comunicação com os demais e com o mundo. Conclui-se acreditando que este estudo tenha contribuído

para futuras pesquisas sobre a avaliação linguística na linguagem oral e que essa possa inspirar ações em prol de uma melhor qualidade de ensino da Língua Portuguesa, especialmente para a modalidade Educação de Jovens e Adultos-EJA.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. E. de; BORTONI-RICARDO, S. M. **Variação linguística na escola**. São Paulo: Contexto, 2023.
- ALMEIDA, M. J. A. de. **Étude sur les attitudes linguistiques au Brésil**. Tese de Doutorado, Universidade de Montreal, Canadá. 1979.
- ALVES, M. I. P. M. **Atitudes Linguísticas de Nordestinos em São Paulo**. (Abordagem Prévia) Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas-SP, 1979.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. **Variantes diatópicas e diastráticas na Língua Portuguesa do Brasil**. Graphos. João Pessoa, vol. 12, n. 2. 2010, p. 35-51.
- BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 56. ed.. São Paulo: Parábola, Editorial, 2015.
- BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007.
- BAGNO, M. **A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BAGNO, M.; RANGEL, E.O. Tarefas da educação linguística no Brasil. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 63-81, 2005.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70., 2011.
- BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Versão final. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos-EJA**. Secretaria de Educação Básica/Ministério da Educação, SEB/MEC - DF. 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento Ensino Fundamental: 5ª a 8ª série: introdução / Secretaria de Educação Fundamental – Brasília 2002**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos**. Segundo Segmento do Ensino Fundamental (5º a 8º série). Volume 2. Brasília: MEC/SEF, 2002. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/vol2\\_linguaportuguesa.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/vol2_linguaportuguesa.pdf). Acesso em: 30 out. 2024.
- BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Versão final. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2008**: língua portuguesa. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos-EJA**. Secretaria de Educação Básica/Ministério da Educação, SEB/MEC - DF. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta curricular para a educação de jovens e adultos**: segundo segmento do ensino fundamental: 5a a 8a série: introdução / Secretaria de Educação Fundamental – Brasília 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos**. Segundo Segmento do Ensino Fundamental (5º a 8º série). Volume 2. Brasília: MEC/SEF, 2002. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/vol2\\_linguaportuguesa.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/vol2_linguaportuguesa.pdf). Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental: **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 2001.

BRASIL. MEC/SEF. **Parâmetros curriculares nacionais**: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo, editora Scipione. 1991.

CASTRO, M. G. R. de; RODRIGUES, G. C.; CATARINO, G. F. de C. As concepções de linguagem e seu impacto no ensino de Ciências. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 42, 23 de novembro de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/42/as-concepcoes-de-linguagem-e-seu-impacto-no-ensino-de-ciencias>. Acesso em: 28 set. 2024.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GERALDI, J. Concepções de linguagem e ensino de Português. In: GERALDI, J.W. (Org.). **O texto na sala de aula**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ILARI, R.; BASSO, R. **O português da gente**: a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2011.

LAHUD, M. Linguagem e ideologia. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, nº 2, UNICAMP, Campinas, 1981.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, F. E. L. N. **A variação linguística em sala de aula**: mote para uma superação do preconceito linguístico. Dissertação Profletras – UFRN – Rio Grande do Norte, 2019.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCUSCHI, L. A. *et al.* SIGNORINI, I. **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

MORAES, R. **O significado do aprender**: linguagem e pesquisa na reconstrução de conhecimentos. *Conjectura*, v. 15, nº 1, jan./abr. 2010.

RANGEL, E. O. Educação para o convívio republicano: o ensino de língua portuguesa pode colaborar para a construção da cidadania? In: RANGEL, E. O.; ROJO, R. H. R. (Org). **Língua Portuguesa: ensino fundamental**. Brasília: MEC/SEB, 2010. p. 183-200.

RODRIGUES, L.; ALÇADA, I.; CALÇADA, T. & MATA J. **Aprender a ler e a escrever em Portugal (relatório de progresso)**. Fórum Estatístico/DGEEC, 2017.

SANTOS. L., SILVA, D. O ensino de língua portuguesa na educação de jovens e adultos: reflexões e desafios: Original Article. **J Business Techn.** 2020;13(1): 70-86

SANTOS, E. **A transmissão ao educando de crenças e atitudes linguísticas escolares**. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras. UFRJ, Rio de Janeiro, 1980.

SANTOS, E. **O adolescente e a percepção do valor de variantes linguísticas**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 1973.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. 15ª ed. São Paulo: Cultrix, 1989.

SCHNEUWLY, B. Palavra e ficionalização: Um caminho para o ensino da linguagem oral. In: ROJO, R.; CORDEIRO, G. S. (org.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004, p. 109-124 (Coleção As Faces da Linguística Aplicada).

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.p. 31-42.

SMART, D., *et al.* Consequences of childhood reading difficulties and behaviour problems for educational achievement and employment in early adulthood. **British Journal of Educational Psychology** 87 (2), pp. 288-308, 2017.

SUASSUNA, L. **Ensaio de pedagogia de língua portuguesa**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

TFOUNI, L. V. **Adultos não-alfabetizados em uma sociedade letrada**. São Paulo: Cortez, 2006.

VASCONCELOS, J. M. de. A variação linguística no contexto escolar. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 21, 7 de junho de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/21/a-variacao-linguistica-no-contexto-escolar>. Acesso em: 26 set. 2024.

VERDASCA, J. (coord.) Relatório PNPSE 2016-2018: **Escolas e Comunidades tecendo Políticas Educativas com base em Evidências**. Lisboa: PNPSE/DGE. 2019.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

